



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

SENTENÇA	
Processo Digital nº:	<b>1001840-91.2014.8.26.0566</b>
Classe – Assunto:	<b>Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel</b>
Requerente:	<b>BENEDCTA MARIÃO BIRIBILLI</b>
Requerido:	<b>YOLE FRANZOSO e outro</b>

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

BENEDCTA MARIÃO BIRIBILLI, qualificada na inicial, ajuizou ação de Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em face de YOLE FRANZOSO, Patricia Regina Franzoso, também qualificadas, alegando que locou à primeira requerida, conforme contrato escrito acostado aos autos, o imóvel situado na Rua Francisco Lopes, nº 274, Santa Felícia, nesta cidade de São Carlos/SP, para fins residenciais, mediante aluguel mensal no valor de R\$ 991,00 (*novecentos e noventa e um reais*), com vencimento previsto para todo dia dez de cada mês, com desconto de R\$ 141,00 em caso de pagamento na data estipulada.

Ocorreu que a locatária deixou de lhe pagar os alugueres vencidos no período de agosto de 2013 a fevereiro de 2014, além de débitos com água, energia e IPTU, culminando no débito não resgatado de R\$12.421,33 na data de propositura da ação, já descontada a quantia de R\$ 400,00 pago pela requerida em janeiro de 2014.

Pediu então, a autora, a citação das requeridas para responder ao pedido de rescisão da locação ou purgar a mora, e, ao final, a condenação das requeridas a desocuparem o imóvel, bem como ao pagamento das verbas de sucumbência.

As rés, regularmente citadas, não ofereceram resposta, limitando-se a juntar aos autos recibos de pagamentos do período de janeiro a agosto de 2013, deixando-se à revelia. A fiadora, citada, também ficou inerte.

É o relatório.

**D E C I D O.**

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil, sendo procedente a pretensão de despejo ante a revelia do locatário, por força do que presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319 do CPC).

Com o silêncio as requeridas confessaram a mora e esta leva à consequência do despejo, devendo desocupar o imóvel no prazo de quinze (15) dias, nos termos do art. 63, § 1º, “b”, da Lei n.º 8.245/91.

No mais, a requerida e a fiadora deverão arcar com o pagamento dos aluguéis devidos de agosto de 2013 a fevereiro de 2014, dos débitos com água, energia elétrica e IPTU, que resultam na data da propositura da ação em R\$ 12.421,33.

Sobre esse valor deverão ser acrescidos os aluguéis e encargos contratuais vencidos e não pagos no curso da ação, tudo acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data dos respectivos vencimentos.

A ré sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e DECRETO O DESPEJO para que a ré YOLE FRANZOSO restitua à autora, BENEDICTA MARIÃO BIRIBILLI, o imóvel da Rua Francisco Lopes, 274, Santa Felícia, São Carlos, assinalando-lhe, para voluntária desocupação, o prazo de QUINZE (15) DIAS, nos termos do art. 63, § 1º, “b”, da Lei acima referida; e CONDENO YOLE FRANZOSO e PATRÍCIA REGINA FRANZOSO ao pagamento da importância de R\$ 12.421,33 (*doze mil, quatrocentos e vinte e um reais e trinta e três centavos*), acrescida do valor dos aluguéis e encargos contratuais vencidos e não pagos no curso da ação, tudo acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data dos respectivos vencimentos, e CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Expeça-se mandado de despejo.

P.R.I.

São Carlos, 30 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**